

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA E
COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA
RESOLUÇÃO Nº 1.055/2017-PGJ, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.
(PROTOCOLADO Nº 109.472/17)**

Nova denominação dada ao ATO NORMATIVO pelos arts. 1º e 4º da Resolução nº 1.177/2019-PGJ/CGMP/CSMP/CPJ de 11/11/2019

REVOGADA, pela [RESOLUÇÃO Nº 1.577/2023-PGJ](#), de 10/02/2023.

Fixa o valor da bolsa mensal devida aos Estagiários do Ministério Público e revoga o [Ato Normativo nº 813/2014-PGJ](#), de 24 de fevereiro de 2014.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 88 da [Lei Complementar Estadual nº. 734](#), de 26 de novembro de 1993, com redação dada pela [Lei Complementar Estadual nº 1.083](#), de 17 de dezembro de 2008 e,

CONSIDERANDO que a [Lei Complementar Estadual nº. 1.278](#), de 06 de janeiro de 2016, ao alterar a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de São Paulo, delineou os programas de estágio no âmbito do Ministério Público, conferindo ao Procurador-Geral de Justiça a faculdade de instituí-los e regulamentá-los;

CONSIDERANDO que tais programas foram devidamente regulamentados pela [Resolução nº. 1.017/2017-PGJ](#), de 04 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as disponibilidades financeiro-orçamentárias do presente exercício, que condicionam e limitam a prerrogativa de definição do valor atribuído à bolsa mensal devida aos estagiários, RESOLVE editar a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam fixados os seguintes valores para bolsa mensal devida aos estagiários do Ministério Público:

Programa de Estágio do Ensino Médio (EEM-MPSP): R\$ 450,00

Programa de Estágio do Ensino Superior – Graduação (EES-MPSP): R\$ 750,00

Programa de Estágio do Ensino Superior – Pós-graduação (EPG-MPSP): R\$ 1.500,00

Parágrafo único. A bolsa mensal será devida a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Art.2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2017, e revogando as disposições em contrário, em especial o [Ato Normativo nº 813/2014-PGJ](#), de 24 de fevereiro de 2014.

São Paulo, 25 de outubro de 2017.

GIANPAOLO POGGIO SMANIO
Procurador-Geral de Justiça

Publicado em: [Diário Oficial: Poder Executivo – Seção I, São Paulo, Quinta-feira, v.127, n.201, p.51, de 26 de Outubro de 2017.](#)